

**KUSHNIR, BEATRIZ. Cães de Guarda:  
Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988.  
São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004**

*Juliana Sartori\**

**Resenha**

Resultado de sua tese de doutorado em História Social do Trabalho, defendida na UNICAMP, *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988* lançado esse ano, causou polêmica por tratar de um grupo de jornalistas que não resistiram e sim colaboraram com a Ditadura. A polêmica veio à tona por parte de um dos jornalistas citados no trabalho, que acusa a autora de não ter apurado devidamente os fatos<sup>1</sup>. Mais do que optarem pela presença da autocensura em suas páginas – aceitando assim os conteúdos definidos pelos censores – fizeram parte de uma rede de relações, na qual tínhamos jornalistas de formação que atuavam como censores e policiais de carreira que passaram a trabalhar como jornalistas. Kushnir salienta que se trata de uma parcela pequena dos jornalistas e que não pretendeu estender este perfil a todos, o que repete enfaticamente em diversas partes de seu trabalho. Não só jornalistas, mas dirigentes de jornal também compunham essa parceria. Situação essa que nos é apresentada através de parte do percurso do Jornal “Folha da Tarde”, pertencente ao Grupo Folha de Manhã, entre 1969 e 1984.

Dividido em quatro capítulos o livro começa com um levantamento a respeito da produção acadêmica acerca da temática da censura, passa para uma análise da Coleção de Leis do Brasil, chega nos censores e por fim nos jornalistas. Com acesso à parte de uma documentação até pouco tempo ainda vetada, a autora analisa a documentação da Divisão de Censura e de Diversão Pública, o material da Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça (essa Divisão estava presente em todos os Ministérios, mas esse é o único acervo recuperado) e da Academia Nacional da Polícia – que era responsável pelos cursos para os censores – Banco de Dados da Folha de São Paulo e entrevistas com 19 jornalistas da Folha da Tarde, e 26 outros jornalistas. Os censores entrevistados totalizaram um grupo de 11 pessoas, já aposentadas ou ainda vinculados ao Departamento de Polícia Federal.

No primeiro capítulo, tentando compreender essa rede de relações entre policiais, censores e jornalistas, Kushnir mostra-se preocupada com algumas análises maniqueístas em que o censor é apresentado sempre como incompetente e o jornalista como aquele que combateu esse opressor, tentando burlar seu despreparo intelectual. Fugindo disso, avisa que procurará historicizá-los e não

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Bolsista Capes.

julgá-los, percebendo a atuação daqueles que não contestaram e sim colaboraram com essa opressão. Com o AI-5 muitos jornalistas deixaram os jornais, pois estavam sendo perseguidos por suas idéias. Muitos jornais adotaram a autocensura apenas confirmando como a ditadura tinha apoio entre os civis e não apenas entre os militares. A preocupação da autora volta-se então para os cuidados a serem tomados ao se pesquisar o tempo presente, em lidar com a história oral. Os jornalistas voltam a aparecer, desta vez, ligados aos historiadores: é do estudo do tempo presente que seus trabalhos se aproximam e se diferenciam pelos métodos, quer fugir assim de narrativas memorialistas. Suas inquietações então se voltam para a privacidade desses colaboradores que agora, objeto de sua pesquisa, estão ameaçadas. No entanto, noutra momento foram eles que invadiram a privacidade de outros, quando utilizaram o arbítrio. Essa foi uma contradição com a qual teve que lidar, pois a mesma está inclusive assegurada na constituição de 1988 quando garante o direito à privacidade e ao mesmo tempo assegura a todos o acesso a informação. Kushnir adverte que não está a procura de culpados e sim quer entender a lógica dessas pessoas que colaboraram. Para isso foi fundamental comparar os documentos com as entrevistas. Mesmo lidando com arquivos recém liberados, procurou conter um possível entusiasmo que esse tipo de documento policial desperta. O entusiasmo muitas vezes ocorre quando se vê neles uma fonte de toda a verdade que ainda não foi revelada, mas ela prefere percebê-los apenas como um registro da visão policial.

O segundo capítulo parte para uma análise da legislação, que controlava o conteúdo da informação, durante o período republicano. Interessante perceber que a preocupação no início do século XX, era com as casas de diversão e espetáculos públicos. O cargo de censor aparece pela primeira vez em 1924 na legislação e sua função era regular justamente os conteúdos desses lugares, pautado na moralidade. Tempos onde a figura do censor estava ligada a intelectuais como Vinícius de Moraes, cargo que ocupou durante o Estado Novo. A autora cria um tripé para compreender o quadro censório. A primeira peça do tripé é o decreto nº 20.493/46 que se referia ao funcionamento interno da Divisão de Censura e Diversão Pública, e justificou a maioria dos pareceres dos censores até 1988. As duas outras peças são de pós-64. A Lei nº 5.536, de novembro de 1968, vem instituir que o censor deveria ter diploma (ciências sociais, direito, filosofia, jornalismo, pedagogia ou psicologia). A censura pós-64 além de prezar a moralidade estava voltada para a imprensa, porém a autora reforça que o órgão responsável por esse controle tinha um caráter secreto e não aparecia nem no organograma da Polícia Federal e nem do Ministério da Justiça. A peça final do tripé está no decreto-lei nº 1077/70 que normalizou a censura prévia, e a atribuía ao Ministério da Justiça, estabelecendo os temas proibidos, principalmente na imprensa e no cinema. Era justamente um órgão ligado a esse Ministério, o SIGAB (Serviço de Informação do Gabinete), que telefonava para as redações. A autora termina lembrando que em 1985 o filme de Jean-Luc Goddard, “Je vous

salue, Marie”, foi censurado quando só foi permitida sua exibição em salas clandestinas de cinema e a noite, atendendo aos pedidos do Presidente José Sarney, após o fim da Ditadura. Um processo constituído lentamente, difícil posteriormente de ser rompido, pois “enraizada nas múltiplas formas de compreender a sociedade, a censura muitas vezes constitui um desejo de parte dos cidadãos...”. (p. 131)

No terceiro capítulo, a autora percebe o período com as rupturas e permanências da intervenção do estado autoritário, que o seu fim formal não interrompeu. Analisa algumas correspondências que denunciavam abusos morais e alertavam a censura, entre elas, dá destaque à “Campanha Nacional Contra o Erotismo e a Pornografia” que contou com o apoio de 40 mil assinaturas. A continuidade está presente na censura à “Je vous salue, Marie” e no fato de que até 1987, os atos censórios persistiram, aonde segundo dados do DCDP, 261 letras de música foram censuradas e 25 totalmente vetadas. A censura estava tão ativa que houve um concurso para censor em 1986. Após a constituição de 1988 a censura passou a atuar “elaborando uma jurisprudência de critérios e normas para uma censura indicativa e classificatória da programação” ainda vinculada ao Ministério da Justiça, e agora com o nome de “Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão”. O cargo de censor esteve vigente até 1989 quando passou a ser um analista da polícia federal. A autora procura então analisar a trajetória desses censores, entre os quais encontra um jogador da seleção brasileira de 1950, Augusto da Costa. Outros profissionais liberais também atuaram, mesmo que dando cursos para esses profissionais sobre censura em suas áreas, como foi o caso da teatróloga, Maria Clara Machado. Muitos jornalistas apreciam nesse grupo. Os censores eram recrutados da polícia ou funcionários públicos, e apenas em 1974 houve um concurso para essa função específica, já dentro da política de abertura do governo Geisel. Entre os censores entrevistados a autora percebeu o interesse pela função devido ao salário, a estabilidade da carreira e a vinculação a um trabalho cultural e de poucas horas. Alguns eram contratados para trabalharem dentro de empresas de comunicação como a Rede Globo, relação que a autora percebeu pelas correspondências trocadas entre a emissora e o Departamento de Polícia Federal. Outras empresas, como a Editora Abril, permitiram que cursos sobre a censura fossem ministrados para seus funcionários, dentro da empresa. Eram formas de evitar problemas com a polícia e prosseguir com seu trabalho. Claro, dentro do entendimento daqueles que não se incomodavam com a censura. Até 1990, 116 censores ainda estavam na ativa e foram elevados a categoria de delegados.

No quarto capítulo a autora chega no jornal Folha da Tarde. Se no capítulo anterior ela pode constatar que muitos dos censores eram jornalistas, existiam também jornalistas que eram policiais. Parte do período pós AI-5, o tratamento dado aos jornais muda devido a censura, e seu apoio ao Golpe é revisto. Pois antes de tudo, a censura prévia, principalmente, podia lhes causar prejuízos. Seu

enfoque é o jornal Folha da Tarde. Para entendê-lo, o separa em duas fases distintas. A primeira, de 1967 a julho de 1969, demonstra uma experiência de jornal contestador, pelas pessoas que foram posteriormente perseguidas, como Frei Betto, trabalhavam e cobriam as manifestações de oposição a ditadura. Neste curto período seu editor foi Jorge de Miranda Jordão. A trajetória desse grupo de jornalistas é recuperada, percebendo seus vínculos políticos. Jornalistas que partiram do jornal para jornais da imprensa alternativa, como “Opinião” e “Movimento”, o que fez de Folha da Tarde, na sua visão, um pouco gestor dessas futuras experiências.

A chegada do AI-5, em 1968, marcou um novo rumo para o jornal. A saída de seu editor em 1969 foi a primeira, que culminou com a saída de todos aqueles que compuseram o jornal naquele curto período. Segundo o relato de um de seus jornalistas, a única pessoa que permaneceu foi um jovem, na época, Afanásio Jazadji. Sua permanência já demonstrava parte daquilo em que esse jornal se transformaria. Muitos foram demitidos ou saíram porque começaram a ser perseguidos, e tiveram que passar a viver na clandestinidade. Com a saída Jorge de Miranda Jordão do cargo de editor, seu posto foi assumido por Antonio Aggio, a peça que levou Kushnir a se interessar pelo jornal. Numa tentativa anterior de entrevistar Romeu Tuma, que havia atuado junto ao presidente José Sarney, ela ficou sabendo que seu assessor era atualmente Aggio, e teve conhecimento que aquele jornal era conhecido como o “de maior tiragem”, pelos “tiras” (policiais) que compunham sua redação. Kushnir parte de um caso para demonstrar a participação do jornal, ou melhor, sua colaboração com os órgãos de polícia. É através do assassinato de um empresário, Henning Boilesen que essa parceria foi “decifrada”.

Segundo os prontuários do Departamento Estadual de Ordem Política e Social o responsável pela morte do empresário foi Joaquim de Alencar Seixas, membro do MRT (Movimento Nacional Revolucionário) Seixas apareceu morto dias depois como, acusado de tentativa de fuga. Essa foi a versão divulgada pelos jornais. Através de Ivan Seixas, seu filho, preso junto ao pai, ela soube que no dia que saiu nos jornais o anúncio da morte de seu pai, ele ainda estava vivo. Ivan pode ter contato com o jornal na banca quando foi levado para dar uma volta com os policiais, entre os intervalos das sessões de tortura, e viu a notícia nos jornais. O empresário, segundo alguns relatos autobiográficos utilizados pela autora, teria sido morto numa ação conjunta da ALN (Ação Libertadora Nacional) e o MRT (Movimento Nacional Revolucionário) em resposta à morte de um integrante do MRT. O empresário era presidente da Ultragás, uma das empresas que supostamente contribuíam financeiramente com os órgãos de repressão, com a finalidade de coibirem as organizações de esquerda. A particularidade levantada pela autora está na destacada e ampla cobertura que a “Folha da Tarde” deu ao acontecimento. Segundo ela, parecia ser uma testemunha ou ter alguém para lhe dar tantos detalhes.

Outro destaque – esse apareceu primeiro na “Folha da Tarde” – foi a declaração de arrependimento de militantes da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) em público, de suas participações em organizações de esquerda. Com suas penas amenizadas, posteriormente, dois deles foram contratados como jornalistas pelo Jornal. A hipótese de informantes da polícia é confirmada quando a rede de relações é estabelecida. Aggio, além de funcionário da Secretaria de Segurança Pública, contava com o chefe de reportagem, Carlos Dias Torres. Este já tinha experiência na cobertura dos órgãos policiais, pois havia criado a seção “Notícias Militares” da “Folha de São Paulo”, em 1964. Seu Secretário Geral, Horley Antonio Destro, ia armado para o jornal e fechava o trio de policiais na Redação. O jornal ficou conhecido, pelo seu viés policial, como o Diário Oficial da OBAN (Operação Bandeirante). Comparando a cobertura do jornal aos fatos que cercaram esse período a autora pode perceber como essa relação vai se esclarecendo. Por exemplo, quando não noticiou o ato ecumênico pela morte de Vladimir Herzog.

Essa fase acaba em 1984, quando o grupo “Folha” assume uma postura estratégica de marketing e preocupado com a vendagem, pensando no público que poderia ler o jornal – o público das Diretas Já. A demissão de Aggio consolida essa mudança. Para Kushnir é o tom da mudança no país: “[...] as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram nesses episódios e em muitos outros, a tradição de conciliação”(p. 344). Portanto, além de interesses políticos a preocupação do grupo Folha passava pelas vendas. Se antes um jornal de esquerda vendia, após o AI-5, a vertente de direita garantiria mais estabilidade financeira à empresa e, posteriormente, com a Campanha pelas eleições diretas esse tipo de jornal apostava em um novo público.

A relação jornalistas, censores e policiais reforça o apoio por parte dos civis à ditadura, uma teia de solidariedade que passava por empresários e pela imprensa. Através de entrevistas a autora consegue recuperar parte do ambiente de trabalho do jornal “Folha da Tarde”, antes do AI-5. Para Kushnir, os caminhos trilhados pelo Jornal só foram entendidos quando as trajetórias de seus jornalistas foram “reconstituídas” e relacionadas com as parcerias estabelecidas com a Ditadura. Visto não apenas como uma opção política, portanto não tão simples assim de se explicar, mas também uma escolha mais rentável. Como um estudo de caso, Beatriz Kushnir assume inclusive um certo anacronismo quando compara a censura durante quase todo século XX, para assim poder perceber remanescências do autoritarismo. Mas acrescenta, ao superar análises reducionistas, que compreendem este período sem perceber suas divergências.

---

<sup>1</sup> O jornalista em questão é Antonio Aggio.